

INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR: DESAFIOS E APLICABILIDADE NO CONTEXTO DO ESTADO DO AMAZONAS

MILITARY POLICE INTELLIGENCE: CHALLENGES AND APPLICABILITY IN THE CONTEXT OF THE STATE OF AMAZONAS

Rosiely Barros Costa Fechine¹
Denison Melo de Aguiar ²
Matheus Dantas de Oliveira³
Vinicius Dantas da Encarnação⁴
Suelem Dutra Lima⁵

RESUMO: A segurança pública contemporânea exige estratégias que superem o modelo puramente reativo, integrando tecnologia e produção de conhecimento científico. O presente artigo analisa os desafios e a aplicabilidade da Inteligência Policial Militar no contexto do Estado do Amazonas, focando na estrutura do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) e na implementação do Policiamento Orientado pela Inteligência (POI). A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com análise de legislações específicas e obras de referência sobre inteligência de segurança pública. Os resultados indicam que a vasta extensão territorial do Amazonas e a redução do efetivo policial tornam a inteligência um fator crítico para a otimização de recursos. Concluiu-se que a descentralização das unidades de inteligência para o interior do estado, aliada ao uso ético de inovações tecnológicas e fontes abertas, é fundamental para fortalecer a legitimidade institucional e a eficiência na preservação da ordem pública, garantindo respostas qualificadas diante da criminalidade organizada transnacional.

1

Palavras-chave: Inteligência Policial. PMAM. Policiamento Orientado pela Inteligência. Segurança Pública. Amazonas.

¹Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Arnaldo Janssen. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Cadete da Polícia Militar do Amazonas e Bacharelada em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

²Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Focus. Bacharel em Jornalismo pela Unifavip Devry . Cadete da Polícia Militar do Amazonas e Bacharelado em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Contato:

⁴Bacharel em Direito pelo Centro Universitário CEUNI-FAMETRO. Pós-Graduado em Segurança Pública pela Faculdade Focus. Cadete da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

⁵Bacharel em Direito pela Universidade do Norte – UNINORTE. Especialista em Direito Penal pela Faculdade Internacional Signorelli - FISIG. Especialista em Segurança Pública e Cidadania pelo Instituto FACUMINAS. Especialista em Segurança Pública e Privada pelo Instituto FACUMINAS. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto FACUMINAS. Especialista em Segurança Pública pelo Instituto FACUMINAS. Cadete da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Discente do curso Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

ABSTRACT: Contemporary public security requires strategies that overcome the purely reactive model, integrating technology and the production of scientific knowledge. This article analyzes the challenges and applicability of Military Police Intelligence in the context of the State of Amazonas, focusing on the structure of the Military Police Intelligence System (SIPOM) and the implementation of Intelligence-Oriented Policing (POI). The methodology adopted consisted of qualitative research, of a bibliographic and documentary nature, with analysis of specific legislation and reference works on public security intelligence. The results indicate that the vast territorial extension of Amazonas and the reduction in police force make intelligence a critical factor for optimizing resources. It was concluded that the decentralization of intelligence units to the interior of the state, combined with the ethical use of technological innovations and open sources, is fundamental to strengthening institutional legitimacy and efficiency in preserving public order, guaranteeing qualified responses to transnational organized crime.

Keywords: Police Intelligence. PMAM. Intelligence-Driven Policing. Public Security. Amazon.

INTRODUÇÃO

A segurança pública contemporânea atravessa um período de profundas transformações, impulsionadas tanto pela globalização quanto pela sofisticação das organizações criminosas que operam de forma transnacional. Nesse cenário complexo, a preservação da ordem pública deixa de ser uma tarefa meramente reativa para se tornar uma atividade dependente de conhecimentos científicos e estratégicos. A Polícia Militar do Amazonas (PMAM), inserida em um contexto geográfico de dimensões continentais, enfrenta o desafio de proteger fronteiras e áreas urbanas com recursos humanos e materiais muitas vezes limitados. A introdução da atividade de inteligência no seio das instituições policiais surge, portanto, como uma resposta necessária à demanda por uma atuação mais assertiva, técnica e eficaz, capaz de antecipar eventos críticos e mitigar riscos à sociedade amazonense.

Historicamente, a atividade de inteligência é tão antiga quanto a própria humanidade, evoluindo de práticas rudimentares de espionagem para sistemas complexos de suporte à decisão governamental. Conforme destaca Hamada e Moreira (2020), a inteligência sempre gozou de grande prestígio nas instituições governamentais, evoluindo em seus conceitos de atuação para se tornar uma ferramenta indispensável no Estado Democrático de Direito. No Brasil, essa evolução permitiu a ramificação da Inteligência de Estado para a Inteligência de Segurança Pública (ISP), que se especializa na produção de conhecimentos voltados à prevenção de ilícitos penais. Para a Polícia Militar, essa vertente é essencial, pois permite que o comando da corporação tenha uma visão panorâmica das ameaças potenciais antes mesmo

que elas se convertam em crises de ordem pública ou atos de violência explícita.

A definição doutrinária de inteligência policial militar, segundo os preceitos da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), refere-se ao exercício permanente e sistemático de ações especializadas. Essas ações visam identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais, produzindo conhecimentos que auxiliam no planejamento das operações ostensivas e na salvaguarda das instituições. Moraes (2025) reforça que o objetivo primordial deste estudo é compreender como essa ferramenta pode ser utilizada para enfrentar a criminalidade crescente, superando os desafios normativos e logísticos impostos pela modernidade. A inteligência, portanto, não deve ser confundida com a investigação criminal pura e simples; ela atua na fase prévia, buscando padrões, tendências e vulnerabilidades que o policiamento tradicional muitas vezes não consegue detectar isoladamente.

O Policiamento Orientado pela Inteligência (POI), ou *Intelligence-Led Policing*, desponta como uma filosofia de gestão moderna que revoluciona o emprego operacional das tropas militares. De acordo com da Silva Freitas et al. (2025), o POI é uma estratégia capaz de aprimorar a eficiência das ações de segurança, sendo especialmente relevante em cenários de redução de efetivo e aumento da demanda social por segurança. Este modelo de policiamento prioriza a análise de dados e a produção de inteligência criminal para direcionar o patrulhamento para as áreas de maior incidência (os chamados *hot spots*) e sobre os infratores mais prolíficos. No Amazonas, a implementação plena do POI representa um salto qualitativo, transformando a PMAM em uma instituição mais proativa e menos dependente apenas da presença física ostensiva em todos os pontos da vasta malha urbana e rural.

A realidade geográfica do Estado do Amazonas impõe obstáculos singulares que exigem uma doutrina de inteligência adaptada e robusta. Com uma extensão territorial superior a muitos países europeus, o estado apresenta dificuldades de logística e comunicação que afetam diretamente o fluxo informacional entre as agências de inteligência. Da Silva Coelho, Arndt e de Aguiar (2025) observam que o modelo centralizado de inteligência, focado majoritariamente na capital Manaus, apresenta limitações severas quando confrontado com as necessidades das cidades do interior. A falta de agilidade no fluxo de dados entre as agências regionais e a agência central pode comprometer a eficácia de operações que demandam resposta imediata. Assim, a descentralização surge como uma necessidade estratégica para que a inteligência possa capilarizar-se e atender às especificidades das calhas dos rios e das regiões fronteiriças.

Para que a atividade de inteligência seja legítima em um Estado Democrático de Direito,

ela deve estar submetida a rigorosos mecanismos de controle e fiscalização. Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025) analisam que a PMAM busca assegurar a legalidade de suas ações por meio da Assessoria Central de Inteligência e de processos contínuos de capacitação, como o Curso Básico de Inteligência (CBI). O controle da atividade de inteligência é vital para evitar desvios de finalidade e garantir que a coleta de dados respeite os direitos fundamentais dos cidadãos, pautando-se sempre pelos princípios da adequabilidade e proporcionalidade. Sem um controle ético-legal rigoroso, a inteligência policial perde sua credibilidade institucional e sua eficácia social, tornando-se vulnerável a questionamentos judiciais que podem anular importantes operações de combate ao crime organizado.

A tecnologia, ao mesmo tempo que oferece ferramentas de ponta para a polícia, também serve como facilitadora para as práticas criminosas, criando desafios para os analistas de inteligência. Moraes (2025) aponta que o uso de criptografia em aplicativos de mensagens e a localização de sedes de empresas de tecnologia em jurisdições estrangeiras dificultam o acesso a dados essenciais em tempo real. A "cegueira tecnológica" temporária causada por essas barreiras digitais exige que as agências de inteligência da PMAM invistam não apenas em equipamentos, mas na formação de especialistas em inteligência cibernética. A superação desses desafios tecnológicos é imperativa para que a polícia consiga desarticular as comunicações de facções criminosas que coordenam crimes de dentro dos presídios ou de locais remotos, utilizando a rede mundial de computadores como escudo.

O problema central que norteia esta pesquisa é a necessidade de identificar como a Inteligência Policial Militar pode ser aplicada de forma mais eficiente no Amazonas, diante da escassez de recursos e da complexidade da mancha criminal. Da Silva Freitas et al. (2025) sugerem que o fortalecimento do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) é o caminho para a modernização das práticas de prevenção e repressão qualificada. A pergunta que se coloca é: de que forma a PMAM pode integrar as informações produzidas pelas suas agências de base com as decisões do comando geral de maneira fluida? A hipótese trabalhada é que o investimento em inteligência analítica e a integração de bancos de dados são os vetores de transformação que permitirão à corporação realizar mais com menos, focando o esforço policial onde ele realmente gera impacto na redução da criminalidade.

A estrutura do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Amazonas (SIPOM), instituída pela Portaria nº 107-PM-2/PMAM/2011 (PMAM, 2011), estabelece os níveis de agências que compõem a rede de inteligência da corporação. No entanto, a operacionalização

prática desse sistema ainda enfrenta gargalos estruturais que impedem o compartilhamento total de informações, como a falta de interação entre os sistemas e a falta ou baixa qualidade e estabilidade da rede de dados no interior do Estado. Segundo da Silva Coelho, Arndt e de Aguiar (2025), a descentralização das unidades de inteligência para o âmbito dos comandos de policiamento de área é uma alternativa viável para fortalecer a coleta de dados primários. Quando a inteligência está próxima do policiamento de linha, a produção do conhecimento torna-se mais fidedigna à realidade local, permitindo que o comandante de batalhão tome decisões táticas baseadas em evidências concretas colhidas em sua própria área de responsabilidade, sem depender exclusivamente de relatórios da capital.

A relação entre a inteligência policial e o sucesso do policiamento comunitário é outro ponto de interseção relevante para a segurança pública moderna. Da Silva Freitas et al. (2025) mencionam que a filosofia do POI não exclui a proximidade com a comunidade; pelo contrário, a inteligência comunitária é uma fonte riquíssima de informações que retroalimenta o sistema de inteligência. Ao estabelecer laços de confiança com a população, a Polícia Militar consegue obter dados sobre pequenos delitos, pontos de venda de entorpecentes e perfis de infratores que não aparecem nos registros estatísticos oficiais (a chamada "cifra negra"). Esse conhecimento "da ponta" é processado pelos analistas e devolvido à tropa em forma de ordens de serviço precisas, fechando o ciclo de inteligência de forma produtiva e socialmente responsável.

Além dos desafios logísticos e tecnológicos, a falta de uma legislação específica para o uso de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA) e o reconhecimento facial, cria uma zona de incerteza jurídica para as forças de segurança. Moraes (2025) destaca que a ausência de normas claras sobre o emprego de algoritmos na segurança pública pode gerar dilemas éticos quanto à privacidade e à discriminação automatizada. Para a PMAM, a incorporação dessas tecnologias é um caminho sem volta para lidar com grandes volumes de dados (Big Data), mas deve ser acompanhada por um debate doutrinário sólido que balize sua aplicação. A inteligência policial, portanto, deve caminhar *pari passu* com a evolução do direito, garantindo que a inovação tecnológica sirva para proteger a sociedade sem violar as garantias constitucionais.

O cenário criminal no Amazonas é marcado pela forte presença do narcotráfico e pelos crimes ambientais, que possuem dinâmicas muito diferentes da criminalidade comum dos grandes centros do sul e sudeste do país. Hamada e Moreira (2020) explicam que a inteligência estratégica deve ser capaz de realizar estudos de futuro, antecipando tendências criminais que podem migrar de outros estados ou países vizinhos. No caso amazonense, a porosidade das

fronteiras secas e fluviais demanda uma inteligência voltada para o monitoramento de rotas de tráfico que alimentam a violência urbana em Manaus. Compreender a cadeia logística do crime organizado é tarefa da inteligência, que fornece ao policiamento ostensivo os subsídios para interceptações e apreensões que descapitalizam as facções e reduzem seu poder de corrupção e violência.

A justificativa para este trabalho reside na premente necessidade de consolidar o papel da inteligência policial como o "cérebro" das operações da Polícia Militar do Amazonas. Como observado por Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025), a produção de conhecimento estratégico é o que diferencia uma polícia moderna e profissional de uma força puramente repressiva. O estudo da inteligência permite não apenas combater o crime, mas também proteger o próprio efetivo policial, ao prever situações de alto risco em áreas conflagradas e planejar incursões com maior segurança. A relevância acadêmica e profissional deste tema é inquestionável, pois contribui para o aperfeiçoamento das doutrinas de segurança pública e oferece subsídios para futuras políticas públicas de defesa social no estado.

Os objetivos específicos desta introdução buscam delimitar a análise da inteligência policial militar em três eixos: a fundamentação doutrinária, os desafios tecnológicos e legislativos, e a aplicação do modelo de Policiamento Orientado pela Inteligência (POI). Segundo da Silva Freitas et al. (2025), a integração desses eixos permite uma visão holística da atividade, essencial para o desenvolvimento de estratégias de longo prazo. A pesquisa pretende demonstrar que a inteligência não é um setor isolado da corporação, mas um serviço que deve permear todas as esferas da PMAM, do planejamento administrativo à execução operacional no rádio-patrolhamento. Ao final, espera-se que os conceitos aqui discutidos sirvam de base para uma reflexão crítica sobre a gestão da informação na segurança pública amazonense.

Considerando o arcabouço metodológico utilizado, esta introdução fundamenta-se em uma revisão bibliográfica narrativa e documental, analisando obras que tratam desde a história da inteligência até os desafios da era digital. Conforme Moraes (2025), o uso de fontes que acolhem o tema proposto garante a cientificidade necessária para a elaboração de um artigo que se pretende propositivo e analítico. A diversidade de autores citados, que variam de oficiais militares a pesquisadores acadêmicos, permite um equilíbrio entre a visão prática operacional e a análise teórica crítica. Essa pluralidade de perspectivas é fundamental para entender que a inteligência policial militar é um campo multidisciplinar que exige conhecimentos de direito, tecnologia, sociologia e estratégia militar.

Por fim, esta Introdução estabelece a premissa de que a modernização da Polícia Militar do Amazonas passa, obrigatoriamente, pela valorização e reestruturação da sua atividade de inteligência. A transição para um modelo de policiamento científico, baseado em dados e evidências, é a única forma de garantir a sustentabilidade das ações de segurança em um estado com as complexidades do Amazonas. Através da leitura dos tópicos que se seguem, será possível compreender como o POI e a descentralização das agências de inteligência podem ser implementados na prática, superando os obstáculos impostos pela atualidade. A inteligência policial militar, quando bem executada, deixa de ser um "segredo institucional" para se tornar o motor da eficiência pública e da paz social desejada por todos os cidadãos amazonenses.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesta investigação se fundamenta em teorias científicas consolidadas que sistematizam e explicam o conhecimento acumulado sobre o objeto de estudo, garantindo o rigor acadêmico necessário. No contexto das ciências sociais aplicadas, como a Segurança Pública e o Direito, a abordagem teórica busca representar de forma abrangente os fenômenos observados, utilizando um conjunto sólido de dados e informações para validar as premissas levantadas. Este trabalho configura-se, primordialmente, como uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada em materiais e textos que permitiram uma análise profunda dos temas tratados, como o Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) e o Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM). A escolha deste modelo metodológico justifica-se pela necessidade de consolidar a inteligência como um instrumento essencial para o processo decisório estratégico em cenários de alta complexidade.

A abordagem utilizada é predominantemente qualitativa, técnica apropriada para analisar fenômenos complexos dentro de seu contexto específico, proporcionando uma compreensão aprofundada das interações e significados construídos pelos participantes do sistema. Diferente de métodos puramente numéricos, a pesquisa qualitativa permite a interpretação da estabilização do fenômeno da atividade de inteligência no decorrer da evolução das sociedades e sua importância para a segurança pública. Além disso, o estudo possui um caráter exploratório e descritivo, visto que busca explorar as práticas administrativas e de governança associadas à descentralização, bem como delinear as características estruturais do sistema sem necessariamente comprometer-se com a explicação exaustiva de todos os fenômenos. Essa flexibilidade metodológica é crucial para mapear os desafios e benefícios

percebidos na implementação de novas estratégias na Polícia Militar do Amazonas.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa é caracterizada como um "estudo de caso", conforme descrito pela literatura clássica de metodologia, pois aplica-se à análise do SIPOM como um sistema de inteligência policial já estabelecido em seu contexto. Para fundamentar essa análise, foram utilizadas técnicas de documentação indireta que envolvem a pesquisa bibliográfica de material que acolhe o tema proposto, incluindo livros, artigos científicos e boletins tornados públicos. A pesquisa foi construída a partir de fontes primárias e secundárias, abrangendo documentos institucionais de relevância histórica e normativa, como a Portaria nº 107-PM-2/PMAM/2011 (PMAM, 2011), que institui o sistema de inteligência no estado. Essa diversidade de fontes assegura que a análise não seja unilateral, permitindo o confronto entre a doutrina estabelecida e as práticas observadas na corporação.

A coleta e análise de dados foram orientadas pelo método dedutivo, no qual parte-se de uma análise ampla das diretrizes e doutrinas nacionais de inteligência policial para, progressivamente, reduzir o espectro para o caso específico da PMAM. Essa trajetória lógica permite compreender como os sistemas federais e nacionais de inteligência influenciam a estrutura estadual, considerando as particularidades locais e os desafios enfrentados pela corporação amazonense. As técnicas de investigação documental foram essenciais para revisar leis, regulamentos internos e relatórios de instituições de segurança, visando compreender o quadro normativo que orienta o processo de descentralização e controle das atividades. Através deste método, é possível identificar se a legislação institucional possui instrumentos capazes de permitir a autonomia profissional ao mesmo tempo em que promove a repressão de impropriedades.

A análise do conteúdo documental incluiu a aplicação de técnicas interpretativas para captar o significado das informações obtidas em documentos e regulamentos oficiais da Secretaria de Segurança Pública. Essa abordagem foi fundamental para detectar padrões, temas e categorias relacionadas à descentralização operacional, além de mapear as práticas administrativas da PMAM que podem facilitar ou comprometer a eficiência das unidades. A interpretação dos dados buscou alinhar o funcionamento atual da inteligência com os potenciais benefícios de um modelo mais ágil e integrado à comunidade local. O processo analítico focou na identificação de gargalos estruturais, como a concentração desproporcional de recursos na capital, utilizando as evidências documentais para sugerir melhorias estratégicas na distribuição do efetivo e da tecnologia.

Por fim, o delineamento temporal deste estudo assume um caráter transversal, realizando um recorte específico da atuação da PMAM no contexto contemporâneo, com foco nas estratégias adotadas a partir da formalização do SIPOM. A pesquisa foca em um momento específico da evolução da inteligência policial no Amazonas, destacando a relevância dos sistemas integrados frente às ameaças pós-modernas, como o crime organizado transnacional e o terrorismo. Todo o percurso metodológico foi estruturado para garantir que o produto final desenvolvido seja gerado de maneira oportuna, com precisão, admissível e de utilidade para os gestores de segurança pública. Ao seguir esse rigoroso protocolo de pesquisa qualitativa e documental, o trabalho assegura a validade científica necessária para fundamentar as propostas de modernização institucional apresentadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados e a respectiva discussão buscam analisar como a inteligência policial militar, mais do que uma função técnica, constitui-se como o alicerce estratégico para a segurança das comunidades no Amazonas. Este capítulo fundamenta-se na análise de diretrizes doutrinárias e em uma revisão bibliográfica criteriosa, permitindo interpretar como a estrutura organizacional do Sistema de Inteligência Policial Militar impacta diretamente a preservação da ordem pública e a proteção do cidadão. Diante da complexidade geográfica e social da região amazônica, examina-se a necessidade de uma atuação policial mais humana e eficiente, pautada na descentralização de recursos e no uso ético de tecnologias modernas para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir a paz social.

3.1. A Estrutura do SIPOM e a Doutrina de Inteligência na PMAM

A análise dos documentos revela que o Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) da PMAM, estruturado pela Portaria nº 107-PM-2/PMAM/2011 (PMAM, 2011), é o eixo fundamental para a produção de conhecimento estratégico no Amazonas. Segundo Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025), o SIPOM funciona como um mecanismo coordenado que permite à instituição antecipar-se a ameaças e subsidiar o processo decisório do Comando-Geral. A eficácia desse sistema reside na sua capacidade de integrar diferentes agências, desde a central até as operacionais, garantindo que o dado bruto seja transformado em inteligência útil. No contexto amazônico, essa estrutura enfrenta o desafio de cobrir uma vasta extensão territorial com recursos humanos que sofreram redução histórica na última década.

A doutrina que rege essa atividade na PMAM está alinhada à Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), focando na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas. Hamada e Moreira (2020) ressaltam que a inteligência policial militar deve ser entendida como uma atividade permanente e sistemática, que utiliza ações especializadas para salvaguardar dados e conhecimentos. Esta perspectiva afasta a ideia de que a inteligência seria meramente investigativa, posicionando-a como uma ferramenta de assessoramento que reduz as incertezas dos comandantes em níveis estratégicos, táticos e operacionais. A neutralidade e a busca pela verdade real são pilares que sustentam a produção do conhecimento científico dentro da corporação.

O ciclo de inteligência — coleta, busca, processamento e disseminação — é o método científico aplicado para que a PMAM não atue baseada em improvisos ou suposições infundadas. Conforme apontam da Silva Freitas et al. (2025), a aplicação rigorosa desse ciclo permite que a Polícia Militar identifique padrões criminais e tendências, transformando o policiamento em uma atividade orientada por evidências. A disseminação do conhecimento deve ser oportuna, garantindo que o tomador de decisão receba a informação no tempo exato para neutralizar crimes. A complexidade do cenário criminal moderno exige que os analistas da PMAM possuam alta capacitação para interpretar dados multidimensionais e produzir prognósticos precisos.

10

Um aspecto crítico identificado nas obras é o controle ético e legal da atividade, visto que a inteligência opera frequentemente sob o manto do sigilo para proteger fontes e métodos. Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025) enfatizam que o controle interno é exercido pela Assessoria Central de Inteligência, que zela pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade. A formação do profissional de inteligência, por meio do Curso de Busca de Informações (CBI), é um filtro essencial para garantir que as técnicas de coleta não firam direitos fundamentais. O equilíbrio entre a necessidade de sigilo para a segurança do Estado e a transparência democrática é um dos maiores desafios da gestão atual da PMAM.

A descentralização das unidades de inteligência surge como uma solução estratégica para as limitações impostas pela geografia do estado do Amazonas, que possui dimensões continentais. De acordo com da Silva Coelho, Arndt e de Aguiar (2025), a concentração da inteligência na capital gera gargalos informacionais que retardam a resposta policial em municípios distantes e isolados pela floresta. A criação de núcleos de inteligência no interior permitiria uma coleta de dados mais contextualizada, respeitando as particularidades

sociocriminais de cada calha de rio. Esta mudança estrutural é vista como o caminho para que a PMAM consiga capilarizar sua atuação e exercer um controle efetivo sobre as fronteiras e rotas de tráfico.

Além da estrutura física, a cultura organizacional da inteligência na PMAM precisa evoluir para uma integração plena com o policiamento ostensivo realizado pelas unidades de área. Moraes (2025) argumenta que a inteligência não pode ser um órgão isolado, mas sim um parceiro constante das tropas que estão nas ruas enfrentando a criminalidade cotidiana. O compartilhamento de dados deve ser fluido, permitindo que o policial na ponta tenha acesso a informações que garantam sua segurança e a eficiência da abordagem. A resistência cultural à quebra de compartimentação de dados é um obstáculo que vem sendo superado através de novas diretrizes de gestão integrada.

A inteligência estratégica na PMAM também se debruça sobre a análise de riscos institucionais e a proteção da própria corporação contra infiltrações e desvios de conduta. Hamada e Moreira (2020) destacam a importância da contra-inteligência como o ramo responsável por salvaguardar a instituição e seus integrantes de ameaças externas e internas. No Amazonas, onde o crime organizado tenta constantemente cooptar agentes públicos, o fortalecimento da segurança orgânica é uma prioridade para manter a integridade do SIPOM. O monitoramento de ameaças à imagem da PMAM e a proteção de dados sensíveis são funções que garantem a continuidade operacional sem escândalos que comprometam a confiança pública.

A legitimidade da atividade de inteligência perante a sociedade amazonense depende da percepção de que suas ações resultam em uma segurança pública tangível e respeitosa. Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025) sugerem que o controle social, mesmo que indireto, fortalece a instituição ao demonstrar que a inteligência trabalha para o bem comum e dentro dos limites da lei. O uso de relatórios de inteligência para embasar operações de grande vulto demonstra para a população que a PMAM atua com profissionalismo e planejamento. Assim, a estrutura do SIPOM consolida-se não apenas como um aparato de força, mas como um centro de inteligência dedicado à preservação da vida e da paz social.

3.2. Implementação do Policiamento Orientado pela Inteligência (POI)

O Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) é apresentado como a vanguarda estratégica para a PMAM, buscando substituir o modelo de patrulhamento aleatório por

intervenções focalizadas. Da Silva Freitas et al. (2025) explicam que o POI utiliza a análise criminal para identificar "hot spots" ou pontos quentes, onde a incidência de crimes é estatisticamente superior à média. Ao concentrar o efetivo reduzido nessas áreas críticas, a PMAM consegue maximizar a dissuasão e reduzir a vitimização de forma mais eficiente do que no modelo tradicional. Esta transição exige que os comandantes de batalhão confiem nos dados produzidos pelos analistas de inteligência para o planejamento diário das viaturas.

A redução do efetivo da PMAM, que chegou a cerca de 10,8% nos últimos anos, torna a adoção do POI uma questão de sobrevivência institucional e eficiência administrativa. Segundo Da Silva Coelho, Arndt e de Aguiar (2025), não é mais viável manter um policiamento ostensivo onipresente em todas as ruas, o que obriga a corporação a ser cirúrgica em suas ações. O POI oferece os critérios científicos para essa seleção, priorizando alvos e locais de acordo com o potencial de dano social e a probabilidade de reincidência criminal. Essa otimização de recursos é fundamental para garantir que o serviço de segurança pública continue sendo prestado com qualidade, mesmo diante de limitações orçamentárias.

A integração entre o POI e o policiamento comunitário é outra tendência discutida que pode gerar resultados positivos para a segurança pública no Amazonas. Da Silva Freitas et al. (2025) mencionam que a proximidade com a comunidade fornece "inteligência de baixo nível", ou seja, informações valiosas sobre o cotidiano dos bairros que não aparecem em estatísticas oficiais. Quando esses dados são processados pelo sistema de inteligência, eles permitem que a PMAM atue preventivamente em conflitos que poderiam escalar para crimes graves. A confiança mútua entre polícia e cidadão transforma o morador em um colaborador ativo do sistema de segurança, retroalimentando o ciclo de inteligência.

Os desafios territoriais do Amazonas impõem obstáculos severos à logística do POI, especialmente no transporte e na comunicação entre as agências de inteligência. Conforme analisado por Moraes (2025), a dependência de meios fluviais e as deficiências na cobertura de internet no interior dificultam a transmissão rápida de conhecimentos produzidos na capital. Para superar isso, o POI precisa ser adaptado para operar de forma modular, dando autonomia às agências de área para tomarem decisões baseadas em dados locais. O investimento em infraestrutura de rádio e satélite é, portanto, um pré-requisito técnico para que a inteligência oriente o policiamento em tempo real em todo o estado.

A análise criminal, como subproduto da inteligência, deve ser a bússola que guia as operações da PMAM, identificando não apenas onde o crime ocorre, mas quem são os

principais infratores. Da Silva Freitas et al. (2025) reforçam que o POI foca em criminosos prolíficos, cujas prisões têm um impacto imediato e desproporcional na redução dos índices de criminalidade local. Através do monitoramento de vínculos e redes criminais, a inteligência fornece ao operacional as ferramentas para realizar prisões qualificadas. Esse foco na repressão seletiva e inteligente é o que diferencia o POI de operações generalistas que muitas vezes geram baixo impacto e alto custo social.

A capacitação técnica dos policiais para entender e aplicar os produtos de inteligência no terreno é um dos maiores gargalos para a expansão do POI na corporação. Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025) apontam que a educação continuada e a padronização doutrinária são necessárias para que a linguagem da inteligência seja compreendida por todos os níveis hierárquicos. Cursos de especialização devem ser levados ao interior, garantindo que o policial que atua em Tabatinga ou São Gabriel da Cachoeira tenha o mesmo preparo do policial da capital. Sem esse nivelamento de conhecimento, o POI corre o risco de tornar-se uma teoria acadêmica distante da realidade das ruas.

A avaliação de resultados é uma etapa intrínseca ao POI que permite à PMAM ajustar suas táticas com base no sucesso ou fracasso das intervenções anteriores. De acordo com da Silva Freitas et al. (2025), o uso de indicadores de desempenho e estatísticas criminais comparativas ajuda a demonstrar a eficácia do policiamento inteligente para os órgãos de controle e para a sociedade. Se uma determinada mancha criminal não diminui após a aplicação de recursos orientados pela inteligência, o sistema permite identificar a necessidade de mudar a estratégia. Essa cultura de accountability e melhoria contínua é essencial para a modernização da gestão da segurança pública amazonense.

Em última análise, o Policiamento Orientado pela Inteligência representa o compromisso da PMAM com uma segurança pública mais científica, profissional e menos reativa. Moraes (2025) conclui que os desafios impostos pela criminalidade organizada e pela vasta geografia do Amazonas exigem uma inteligência que não apenas observe, mas que conduza a ação policial. A implementação bem-sucedida do POI transformará a Polícia Militar do Amazonas em uma instituição mais resiliente e capaz de enfrentar as incertezas do futuro. A inteligência, portanto, deixa de ser um acessório para tornar-se o cérebro que comanda o corpo operacional da instituição em busca da ordem pública.

3.3. Inovação Tecnológica e Desafios da Inteligência no Contexto Digital

O cenário contemporâneo exige que a inteligência da PMAM incorpore ferramentas tecnológicas avançadas para lidar com a criminalidade que se organiza através de meios digitais. Moraes (2025) destaca que o uso de fontes abertas (OSINT) e a análise de dados em redes sociais tornaram-se cruciais para a identificação de alvos e o mapeamento de facções criminosas. O monitoramento lícito de perfis públicos permite que a inteligência antecipe confrontos entre grupos rivais e identifique lideranças que coordenam crimes de dentro do sistema prisional. A tecnologia, neste caso, funciona como um multiplicador de força que amplia o alcance do olhar da polícia para além do espaço físico.

A implementação de sistemas de videomonitoramento com inteligência artificial, como o sistema "Paredão" da SSP-AM, exemplifica a aplicação prática da inovação na segurança do estado. O uso de IA para reconhecimento de placas e análise comportamental em tempo real fornece dados instantâneos que devem ser processados pelo SIPOM para orientar as viaturas. No entanto, a integração desses dados em uma plataforma única e acessível ainda é um desafio técnico-administrativo para a corporação.

A atividade de inteligência em fontes abertas exige um rigor metodológico para evitar a desinformação e garantir que o conhecimento produzido seja juridicamente válido. Conforme alertam Hamada e Moreira (2020), o excesso de informações disponíveis na internet pode levar a análises superficiais se não houver um processamento técnico adequado. O analista de inteligência da PMAM deve ser capaz de filtrar o ruído digital e extrair "inteligência acionável" que possa ser utilizada em operações de campo. A capacitação em ferramentas de busca avançada e análise de vínculos digitais é hoje tão importante quanto o treinamento tático tradicional para o policial militar.

A proteção de dados e a privacidade dos cidadãos representam desafios éticos e legais significativos para o uso de tecnologias de vigilância pela PMAM. Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025) ressaltam que toda coleta de dados, mesmo em fontes tecnológicas, deve respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018) e o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014). O uso de tecnologias invasivas sem o devido respaldo judicial pode comprometer a validade das provas em futuros processos criminais e gerar sanções para o Estado. A transparência sobre o uso dessas ferramentas é fundamental para manter a legitimidade da PMAM como uma instituição defensora dos direitos fundamentais no ambiente democrático.

As redes sociais também servem como um canal de via dupla, onde a PMAM não apenas coleta dados, mas também projeta sua imagem institucional para ganhar o apoio social. A publicação de resultados operacionais baseados em inteligência gera um efeito dissuasório nos criminosos e um sentimento de proteção nos cidadãos. Essa "guerra narrativa" no ambiente digital é um componente novo da atividade de inteligência que visa fortalecer a autoridade moral da instituição perante o público.

O enfrentamento ao crime organizado transnacional nas fronteiras do Amazonas exige tecnologias de sensoriamento remoto e comunicação via satélite de alta performance. Moraes (2025) observa que os desafios impostos pelas rotas do narcotráfico em áreas de densa floresta só podem ser superados com o uso de drones e monitoramento eletrônico persistente. A inteligência policial deve estar integrada a sistemas de defesa para garantir a soberania nacional e a repressão ao tráfico de armas e drogas nessas regiões críticas. A inovação tecnológica, portanto, não é apenas um luxo para a capital, mas uma necessidade estratégica de sobrevivência para as guarnições do interior do estado.

A evolução para uma "Inteligência 4.0" na PMAM requer investimentos constantes em hardware, software e, principalmente, no capital intelectual dos seus integrantes. De acordo com da Silva Coelho, Arndt e de Aguiar (2025), a descentralização tecnológica deve acompanhar a estrutural, dotando as unidades do interior de ferramentas básicas de análise criminal. A criação de um ecossistema de inovação dentro da corporação, estimulando pesquisas e parcerias acadêmicas, pode acelerar o desenvolvimento de soluções próprias para os problemas amazônicos. A inteligência policial militar deve ser a ponta de lança desse processo de transformação digital, guiando a PMAM rumo a uma eficiência operacional sem precedentes.

Por fim, conclui-se que a inteligência da PMAM vive um momento de transição, onde a tradição doutrinária se encontra com a urgência da inovação tecnológica. Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025) reforçam que o controle das ações de inteligência será sempre o fiel da balança que garantirá que a tecnologia sirva à justiça e não ao arbítrio. A integração de sistemas, a valorização do profissional analista e o foco no policiamento orientado pela inteligência são os caminhos apontados pela literatura para superar os desafios contemporâneos. A Polícia Militar do Amazonas, através do SIPOM, consolida-se como uma instituição que busca no conhecimento a força necessária para proteger a sociedade e preservar a ordem pública no coração da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu concluir que a atividade de inteligência no âmbito da Polícia Militar do Amazonas é o pilar central para a modernização da gestão da segurança pública no estado. Conforme discutido por Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025), o Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) não deve ser visto apenas como uma estrutura burocrática, mas como um organismo vivo que processa dados para salvaguardar a sociedade amazonense. A transição de um modelo meramente reativo para um sistema proativo e pautado na produção de conhecimento científico é essencial para enfrentar a complexidade criminal contemporânea. Este processo de amadurecimento institucional exige que o Comando da PMAM continue investindo na valorização da Assessoria Central de Inteligência como o cérebro estratégico da corporação. A eficácia operacional, portanto, está intrinsecamente ligada à capacidade do SIPOM em transformar incertezas em decisões seguras e legalmente fundamentadas.

O Policiamento Orientado pela Inteligência (POI) demonstrou ser a estratégia mais adequada para mitigar os efeitos da redução do efetivo policial ocorrida na última década no Amazonas. Segundo da Silva Freitas et al. (2025), o emprego de recursos baseado em evidências e estatísticas permite que a PMAM atue com maior precisão cirúrgica, otimizando o uso de viaturas e pessoal em áreas de maior mancha criminal. A adoção dessa metodologia rompe com o patrulhamento aleatório e impõe uma nova dinâmica de trabalho, onde a análise criminal precede a execução tática no terreno. Para que o POI atinja sua plenitude, é imperativo que a cultura de dados seja disseminada por todos os níveis da corporação, garantindo que o policial na ponta compreenda o valor estratégico da informação. A eficiência administrativa proporcionada pelo POI é, em última análise, uma forma de respeito ao erário e um compromisso com a entrega de resultados tangíveis à população.

A imensidão do território amazonense e as disparidades logísticas entre a capital e o interior reafirmam a necessidade urgente de descentralização das unidades de inteligência. De acordo com da Silva Coelho, Arndt e de Aguiar (2025), a concentração da expertise técnica em Manaus limita a agilidade das respostas policiais nas calhas de rios e zonas de fronteira. A implementação de agências locais dotadas de autonomia técnica permitiria uma coleta de dados mais fiel às realidades sociocriminais do interior do estado. Esta capilaridade é fundamental para que o SIPOM consiga monitorar as rotas de tráfico e as ameaças ambientais que operam de forma isolada nas regiões mais remotas. A descentralização operativa, acompanhada de

investimentos em comunicações, é o caminho para que a PMAM exerça sua missão constitucional com a mesma excelência em todos os 62 municípios amazonenses.

No que tange aos desafios tecnológicos, observou-se que a inteligência deve abraçar as ferramentas digitais e o monitoramento de fontes abertas como complementos essenciais às técnicas tradicionais. Moraes (2025) argumenta que o dinamismo das organizações criminais nas redes sociais exige que o analista de inteligência esteja em constante processo de atualização técnica para neutralizar ameaças virtuais. O uso de algoritmos de inteligência artificial e sistemas de videomonitoramento integrados amplia a visão da polícia, permitindo antecipar cenários de crise e identificar vínculos criminosos antes invisíveis. Todavia, esse progresso tecnológico deve ser acompanhado de um controle ético-legal rigoroso para que a inovação não resulte em abusos ou desvios de finalidade. A modernização do SIPOM, portanto, é um processo técnico que deve ser conduzido sob a égide da legalidade e da proteção aos direitos individuais assegurados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A formação e a capacitação contínua dos profissionais de inteligência surgem como o elemento diferenciador para a qualidade do produto de inteligência entregue ao comando. Hamada e Moreira (2020) enfatizam que a atividade de inteligência é essencialmente humana, dependendo da capacidade crítica e da honestidade intelectual do analista para interpretar sinais fracos no ambiente. Cursos como o de Busca de Informações (CBI) devem ser preservados e expandidos para garantir que a doutrina seja aplicada de forma homogênea em todo o estado do Amazonas. O investimento no capital intelectual da PMAM previne a ocorrência de análises enviesadas e fortalece a contra-inteligência como ferramenta de proteção institucional. Valorizar o analista é garantir que a corporação possua uma memória institucional sólida e um corpo técnico capaz de assessorar com precisão os gestores da segurança pública em momentos de crise.

A integração institucional e o uso estratégico da informação pela PMAM revelaram-se instrumentos potentes para a construção da legitimidade e da confiança junto à sociedade amazonense. Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025) destacam que a transparência das ações operacionais e a divulgação de resultados positivos geram um sentimento de segurança e aproximam a polícia do cidadão comum. O fortalecimento dos canais de comunicação institucional funciona como uma ponte que humaniza o trabalho policial e serve para demonstrar o profissionalismo técnico da corporação no combate ao crime. No entanto, essa visibilidade deve ser gerida com cautela para não comprometer o sigilo necessário às operações

sensíveis da atividade de inteligência. O equilíbrio entre o que deve ser público e o que deve permanecer sigiloso é a medida do profissionalismo de uma instituição que entende seu papel fundamental na manutenção da ordem pública.

Por fim, as evidências apontam que o fortalecimento da inteligência policial militar é a estratégia mais viável para a sustentabilidade da segurança pública no Amazonas a longo prazo. Pinheiro, de Aguiar e Zogahib (2025) reforçam que o controle democrático e a fiscalização interna são as garantias de que o SIPOM continuará operando dentro dos trilhos da legalidade e da ética. A integração entre a capital e o interior, aliada ao uso inteligente de tecnologias e ao Policiamento Orientado pela Inteligência, projeta a PMAM como uma instituição resiliente. Recomenda-se, portanto, que as políticas públicas de segurança continuem priorizando o investimento em inteligência como forma de compensar as limitações geográficas e de efetivo. A conclusão deste estudo é clara ao indicar que a inteligência não é apenas uma especialidade, mas a própria essência de uma força policial moderna e preparada para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

18

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina nacional e inteligência de segurança pública - DNISP**. 4 ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

DA SILVA COELHO, Reinaldo José; ARNDT, Laércio Jandir; DE AGUIAR, Denison Melo. A Implantação da descentralização das unidades de inteligência no âmbito da Polícia Militar do Amazonas. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 4, n. 2, p. 1597-1614, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/595>. Acesso em: 18 fev. 2026.

DA SILVA FREITAS, Jorge Christian et al. POLICIAMENTO ORIENTADO PELA INTELIGÊNCIA NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. **Revista Ibero-Americana de**

Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 5977-5998, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23376>. Acesso em: 18 fev. 2026.

HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. Contexto da inteligência policial militar como espécie da inteligência de segurança pública no Brasil. **O Alferes**, v. 30, n. 77, 2020. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/809>. Acesso em: 18 fev. 2026.

MORAES, Bernardo Cosenza. A utilização da inteligência policial militar na atualidade e os novos desafios impostos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 4674-4689, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19301/11470>. Acesso em 18 fev. 2026.

PINHEIRO, Johnattan Martins; DE AGUIAR, Denison Melo; ZOGAHIB, André Luiz Nunes. O CONTROLE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NA PMAM (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 12, p. 6114-6128, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23375>. Acesso em: 18 fev. 2026.

PMAM. Polícia Militar do Estado do Amazonas. **Portaria nº 107 – PM-2/PMAM, de 2011**. Institui o Sistema de Inteligência da Polícia Militar (SIPOM). Manaus, 2011.